**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**
**FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DO TRAIRÍ**
**GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

**GABRIELA DE ARAÚJO TEIXEIRA**

# SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE NUTRIÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO

**SANTA CRUZ/RN**

**2021**

GABRIELA DE ARAÚJO TEIXEIRA

# SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE NUTRIÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Profa. Dra. Katya Anaya Jacinto

Coorientadora: Profa. Dra. Lígia Rejane Siqueira Garcia

SANTA CRUZ/ RN

2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi - FACISA

Teixeira, Gabriela de Araujo.
Sustentabilidade e educação ambiental nos cursos de nutrição do nordeste brasileiro: análise dos projetos pedagógicos de curso / Gabriela de Araujo Teixeira. - 2021.
34 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi. Santa Cruz, RN, 2021.
Orientadora: Katya Anaya Jacinto.
Coorientadora: Lígia Rejane Siqueira Garcia.

1. Educação em saúde ambiental - Trabalho de Conclusão de Curso. 2. Graduação em Nutrição - Trabalho de Conclusão de Curso. 3. Instituições de Ensino Superior - Trabalho de Conclusão de Curso. 4. Desenvolvimento Sustentável - Trabalho de Conclusão de Curso. I. Jacinto, Katya Anaya. II. Garcia, Lígia Rejane Siqueira. III. Título.

RN/UF/FACISA CDU 614:504

Elaborado por Joyanne de Souza Medeiros - CRB-15/533

GABRIELA DE ARAÚJO TEIXEIRA

# SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE NUTRIÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Aprovado em: ____ de ____ de _____

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Katya Anaya Jacinto – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Profa. Dra.Lígia Rejane Siqueira Garcia – Coorientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Profa. Dra. Thaiz Mattos Sureira – Membro da banca
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Profa. Dra. Catarine Santos da Silva – Membro da banca
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a minha família por tudo que fizeram para que eu estivesse aqui hoje, em especial aos meus pais, Tia Maria e vó Luzia quem sempre me fez companhia na calçada de casa às 5h da manhã, esperando o ônibus e abençoado minha partida para mais uma semana de aulas.

Às minhas amigas Amanda Larissa, Cínthia Dantas, Fernanda Ysla, Hortência Gentil, Leonara Carla e Luana Azevedo pela família que construímos em Santa Cruz nesses anos de graduação, e em especial, com todo amor e carinho, à Milena Beatriz por todo o suporte emocional, companhia no Pronto Atendimento e ajuda com a formatação desse trabalho, sem ela esses últimos dias teriam sido bem mais difíceis.

E claro, agradeço a professora Dra. Katya Anaya por ter me acolhido como orientanda e sido tão atenciosa e empática comigo quando apresentei minhas inseguranças e apreensão em trabalhar com análises microbiológicas ou físico-químicas. Ouviu minhas ideias e chegamos a esse tema. E eu sei que não fui uma orientanda fácil. Também gostaria de estender meus agradecimentos à professora Dra. Lígia Rejane por aceitar o convite de também me orientar nesse trabalho, somando com suas ideias e experiência profissional.

“O amor é o único poder de onde as coisas nascem [...]; E é isso que eu procuro, como educador: desejo ensinar o amor. Se não amarmos a natureza, não existirá a menor possibilidade de que ela venha a ser preservada [...]”

**Rubem Alves**

## RESUMO

Os processos pelos quais os alimentos passam até chegarem à mesa do consumidor geram impactos ambientais negativos, e o nutricionista é o profissional capacitado a sensibilizar a população quanto ao que pode ser feito para amenizar esse problema. Para tanto, é necessário que em sua formação o graduando tenha acesso a disciplinas que abordem a sustentabilidade ambiental. Diante disso, o estudo teve como objetivo avaliar a inserção da Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos de Nutrição da região Nordeste, Brasil. Trata-se de uma pesquisa documental exploratória, quanti-qualitativa. As coordenações de curso foram contatadas via *e-mail* para disponibilização do documento quando não estava disponível no *website* da instituição. Foram analisados 18 PPC, 39% passou por reformulação nos últimos 5 anos (2016-2020). Os termos relacionados a sustentabilidade foram encontrados com frequência maior que 50% em quase todos os PPC analisados, com exceção de “agricultura familiar”, que não foi encontrado nos documentos. Dezessete (94%) dos dezoito cursos analisados apresentavam disciplinas obrigatórias que traziam os termos buscados, no entanto, termos como “agroecologia” e “alimentos orgânicos” não foram mencionados em nenhuma ementa. Mesmo após tantas políticas e programas de incentivo, a educação ambiental na formação do nutricionista ainda caminha a passos curtos. Certamente, a formação profissional do nutricionista no Brasil se beneficiaria de uma reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais, que possa enfocar a importância da sustentabilidade na atuação profissional. Essa reformulação poderia contribuir para mudanças no atual cenário ao sensibilizar os futuros profissionais quanto à importância da sustentabilidade ambiental.



**Palavras-chave:** Educação em saúde ambiental. Nutrição. Instituições de Ensino Superior. Desenvolvimento Sustentável.



## ABSTRACT

The processes that the food goes through until they reach the dinner table generate negative environmental impacts, and the nutritionist is the professional trained to make

the population sensitize of what can be done to alleviate this problem. For this, it is necessary that undergrad students have access to disciplines that address environmental sustainability. Therefore, the study aimed to evaluate the insertion of Environmental Education in the Pedagogical Program Projects of Nutrition graduate programs in the Northeast region, Brazil, accredited by the Ministry of Education. This is an exploratory, quantitative and qualitative documentary research. The programs coordinators were contacted by e-mail to make the document available, when it was not available on the institution's website. Eighteen PPP were analyzed, 39% underwent reformulation in the last five years (2016-2020). The terms related to sustainability were found more than 50% in almost all analyzed PPP, with the exception of “family farming” which was not found in any project. Seventeen (94%) of the eighteen programs analyzed had mandatory courses that included the searched terms, however, terms such as "agroecology" and "organic foods" were not mentioned in any course syllabi. Even after so many policies and incentive programs, environmental education in the training of nutritionists is still taking short steps, perhaps a reformulation of the Curriculum Guidelines for the undergraduate program in nutrition focusing on the importance of sustainability in professional practice. This would contribute with changes in the current scenario trough the sensitization of the future nutritionists regarding environmental sustainability.

.

**Key words:** Environmental health. Nutrition. Higher Education Institutions. Sustainable Development.

## LISTA DE SIGLAS

| | |
|---|---|
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| ENADE | Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura |
| REBEA | Rede Brasileira de Educação Ambiental |
| EA | Educação Ambiental |
| LDB | Leis de Diretrizes e Bases de Educação |
| PRoNEA | Programa Nacional de Educação Ambiental |
| PNEA | Política Nacional da Educação Ambiental |
| CFN | Conselho Federal de Nutricionistas |
| SAN | Segurança Alimentar e Nutricional |
| PPC | Projeto Pedagógico de Curso |
| MEC | Ministério da Educação |
| PANC | Plantas Alimentícias Não Convencionais |
| EaD | Educação a Distância |
| DCN | Diretrizes Curriculares Nacionais |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| CNE/CES | Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação |
| NDE | Núcleo Docente Estruturante |
| SISAN | Segurança Alimentar e Nutricional |
| PNSAN | Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional |
| UAN | Unidade de Alimentação e Nutrição |

## SUMÁRIO

**1 INTRODUÇÃO** ..... 11
1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ..... 12
1.2 INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO FORMAL ..... 14
1.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DO NUTRICIONISTA ..... 14
**2.1. Objetivo geral** ..... 17
**2.2. Objetivos específicos** ..... 17
**3 MÉTODOS** ..... 18
**3.2.CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO** ..... 18
**3.3 PROCEDIMENTOS E COLETA DE DADOS** ..... 18
**3.4. ANÁLISE DE DADOS** ..... 18
**4 RESULTADOS E DISCUSSÃO** ..... 19
**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 32
**REFERÊNCIAS** ..... 33

## 1 INTRODUÇÃO

Meio Ambiente e Sustentabilidade se tornaram temas cada vez mais debatidos nas esferas governamentais e tratados com mais atenção em empresas, hospitais, escolas e universidades. Temática que surgiu para, por meio da provocação do senso de responsabilidade, gerar mudanças nos hábitos da sociedade visando o equilíbrio entre natureza e a ação humana (MUNARETTO, BUSANELLO, 2014).

A preocupação com os ecossistemas, a vida animal e a forma como coabitamos e utilizamos de seus recursos é um desafio global. No relatório conhecido como “Nosso futuro comum” publicado pela Comissão Brundtland, em 1987, o desenvolvimento sustentável foi definido como uma forma encontrada de satisfazer as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades, de forma que não comprometa a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos (WCED, 1987).

Segundo Camelo e Siqueira (2019), a educação ambiental é um desafio que a humanidade deve enfrentar para minimizar os problemas ambientais provenientes dos conflitos entre interesses privados e o bem coletivo, e através da discussão, troca de experiências e divulgação de práticas sustentáveis ser possível a reconstrução dos padrões que moldam e governam a sociedade (TEIXEIRA et al, 2016).

O Brasil demonstrou seu apoio às causas ambientas na própria Constituição Brasileira Federal, que em seu Art. 225 inciso - VI responsabiliza o Poder Público de promover educação ambiental em todos os níveis do ensino para preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988a), destacando a necessidade e importância de proteger a saúde e o bem-estar do planeta como uma atividade coletiva.

Como uma das ações para pôr em prática o que preconiza a Constituição, existe a Política Nacional de Educação Ambiental que foi estabelecida como Lei Nº 9.759 em 1999, reforçando que a educação ambiental deve ser mantida como componente essencial, estando presente de forma articulada em todos os níveis da educação; conceituando educação ambiental como os processos por meio dos quais indivíduos e coletividade constroem conhecimentos e ações voltadas à conservação do meio ambiente (BRASIL, 1999b).

A obrigatoriedade da inserção de temas relacionados à Educação Ambiental também se estende para as Instituições de Ensino Superior (IES), que são responsáveis pela formação de futuros profissionais do mercado de trabalho (CAMELO e SIQUEIRA, 2019), devendo ser trabalhada de forma multi, inter e transdisciplinar, podendo também ser abordada em projetos de pesquisa, ciência, tecnologia e iniciação científica (ROSA et al, 2014). Dessa forma, além da contribuição para a formação acadêmica, os campi se tornam mais sustentáveis (ROHRICH e TAKANASHI, 2019).

Para Guimarães e Tomazello (2003) essa formação “ambientalista” desenvolve no graduando uma posição crítica e participativa em relação aos problemas ambientais, despertando o interesse de contribuição para melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Como implicação, o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – através da Portaria nº 294 de 8 de junho de 2016, instituiu que na prova do ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – seja inserido no componente “Formação Geral” o tema “Meio ambiente” (Art 7º, VI) (BRASIL, 2016c). E no componente específico no curso de Nutrição, passou a ser avaliado nos conteúdos que contemplam a área de “Alimentos” a “Cadeia produtiva de alimentos e Sustentabilidade” (BRASIL, 2016d).

## 1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A preocupação com o impacto que a poluição, o desenvolvimento e o consumismo causam ao Meio Ambiente não é tema recente de discussões mundiais, estima-se que foram questionamentos já levantados no pós-guerra, no entanto, foi na década de 70 que ganhou total atenção mundial através de conferências, reuniões, decretos e leis. Um dos eventos mais conhecidos e mencionados até hoje aconteceu no ano de 1972, em Estocolmo, capital da Suécia, quando foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, popularmente conhecida como “Conferência de Estocolmo”. Esse encontro reuniu líderes políticos, autoridades governamentais, civis e a ONU (Organização das Nações Unidas), e pela primeira vez a educação foi colocada como medida importante na resolução da problemática ambiental (RAMOS, 2001). A partir desse encontro, surgiram declarações e várias outras conferências sobre o tema.

Em 1975 ocorreu a Conferência de Belgrado, sendo o primeiro encontro a tratar de forma específica sobre Educação Ambiental, promovido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura). Dessa Conferência surgiu a Carta de Belgrado e o PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental – com a finalidade de manter uma base de dados com informações e projetos sobre o tema, além de promover eventos e publicações na área (MORADILLO e OKI, 2004).

A UNESCO produziu um segundo encontro do qual nasceu um documento importante que é usado como referência para Educação Ambiental até os dias atuais. Na 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi no ano de 1977, foram definidos objetivos e princípios para o desenvolvimento de programas de educação ambiental (TOLEDO e PELICIONI, 2006).

Vários outros encontros continuaram a acontecer em diferentes partes do mundo. Em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, popularmente conhecida como a ECO-92 ou Rio 92. Foi nesse evento que as nações assinaram acordos ambientais importantes que serviriam para guiar os países a manter seu desenvolvimento de forma sustentável, entre esses acordos está a Agenda 21 Global (CORDANI, MARCOVITCH e SALATI, 1997). Trata-se de um plano de ação que enumera objetivos a serem cumpridos pelas nações, com a colaboração da sociedade, para se alcançar o desenvolvimento sustentável sem ultrapassar os limites dos recursos naturais, sem degradação ambiental (MALHEIROS, PHLIPPI e COUTINHO, 2008). Posteriormente, no ano de 2012, aconteceu a Rio+20, marcando os 20 anos de realização da primeira conferência. O objetivo da reunião era renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliando o progresso e a falhas na implementação das decisões tomadas sobre o assunto (BRASIL, 2012e).

Em paralelo à RIO 92, acontecia a Jornada Internacional de Educação Ambiental, que deu origem a cartas de recomendações de educação ambiental e sustentabilidade, dentre as quais se destaca o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Este documento serviu para criação da REBEA (Rede Brasileira de Educação Ambiental): uma rede nacional de educadores ambientais com o objetivo de promover debates sobre Educação Ambiental (EA) no Brasil, apontando métodos, técnicas, estratégias, e um acervo de

eventos e documentos que podem subsidiar os caminhos da EA para os dias atuais (REBEA, 1992).

## 1.2 INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO FORMAL

As conferências abriram os olhos dos líderes mundiais para a conservação da natureza e vida humana, discutindo que a partir da educação ambiental mudanças poderiam ocorrer a curto e longo prazo. Em meio a debates e conferências, surgiram as Leis de Diretrizes e Bases de Educação (LDB) (1996), capítulo II, art 26, determinando a inclusão da educação ambiental, nos currículos do ensino fundamental e médio, de forma integrada aos seus conteúdos obrigatórios, posteriormente esses artigos foram reformulados, deixando o tema a ser inserido de forma transversal a critério dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996f).

O que assegura que a Educação Ambiental (EA) seja trabalhada em todos os níveis escolares, que compreende ensino básico (do ensino infantil ao ensino médio) e ensino superior, é o PRoNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental (1997). O PRoNEA foi criado com o objetivo de promover e articular a inserção da EA no planejamento do governo federal para o desenvolvimento sustentável a partir de diretrizes que visam incorporar à educação a transversalidade e interdisciplinaridade, o fortalecimento dos sistemas de ensino, a sustentabilidade socioambiental com democracia e participação social, tendo como um dos objetivos do programa incluir disciplinas sobre meio ambiente na formação universitária de forma transversal ao ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2005g). Já a PNEA – Política Nacional da Educação Ambiental, definida pela Lei nº9.795/99, oficializou, entre outras coisas, o que já se instituía no PRoNEA, a educação ambiental como componente essencial e permanente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, e mais, em seu Art 8º, § 2º, inciso II dispõe “a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas.” (BRASIL, 1999b).

## 1.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DO NUTRICIONISTA

Por muito tempo, temas relacionados à sustentabilidade e meio ambiente eram discutidos apenas nos cursos de Ciências da natureza, ecologia ou nos cursos de licenciatura, como componente nas disciplinas pedagógicas. Com o passar dos anos, o educar sobre o meio ambiente ganhou importância em todas as áreas de atuação,

devendo a Educação Ambiental ser inserida no Ensino Superior de forma transversal, por meio de temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental, como conteúdo dos componentes já existentes no currículo e pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (BRASIL, 2012h).

Visto que a degradação da natureza, muitas vezes por falta de conhecimento, e a desigualdade social são fatores que não contribuem com o desenvolvimento sustentável, Barbosa e Alencar (2018), sugerem que as Universidades, como estabelecimentos pedagógicos, são os lugares mais adequados para se trabalhar a relação homem-ambiente-sociedade, colocando a educação ambiental como meio para conscientização e sensibilização para a formação de um indivíduo criativo e crítico perante as necessidades socioambientais.

Dentre os cursos de graduação regulamentados no Brasil se encontra o bacharelado em Nutrição. O curso capacita o profissional para trabalhar nas áreas de Nutrição em Alimentação Coletiva; Nutrição Clínica; Nutrição em Esportes e Exercício Físico; Nutrição em Saúde Coletiva; Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos; Nutrição no Ensino, na Pesquisa e na Extensão (CFN, 2018). As áreas de atuação do profissional nutricionista abrangem uma gama de possibilidades de se trabalhar o tema “sustentabilidade e meio ambiente”, sobretudo pela discussão do conceito de SAN, Segurança Alimentar e Nutricional, que “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006i).

Em 2015 foi lançada pela Organização das Nações Unidas a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável com 17 objetivos a serem alcançados pelas nações. O segundo deles trata de “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2015), nesse sentido, o nutricionista desempenha importante papel para que as nações possam atingir tais metas, fazendo-se necessário que durante sua formação seja trabalhado educação ambiental e sustentabilidade de forma transversal e contínua, embora as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição não aborde de

forma explícita o tema nos conteúdos essenciais para formação do nutricionista (BRASIL, 2001j).

É inegável que todas as etapas que o alimento passa, do plantio à mesa, preparo, consumo e descarte de resíduos gerados nesse processo, causam impactos ambientais negativos. Nesse sentido, o nutricionista, como o profissional que está diretamente ligado à alimentação, com conhecimento de todas essas etapas, deve ter a capacidade de sensibilizar a população sobre as ações para mitigar essa problemática. Esse pensamento crítico deve ser desenvolvido durante sua formação, para isso espera-se que sustentabilidade e educação ambiental sejam trabalhados durante o transcorrer do curso de graduação, estimulando no discente o pensamento sustentável como algo possível de ser trabalhado em todos os campos de atuação. Diante do exposto, essa pesquisa tem o objetivo de analisar a inserção da educação ambiental nos Projetos Pedagógicos de Curso dos cursos de Graduação em Nutrição da região Nordeste credenciados pelo Ministério da Educação, de modo a discutir a importância dessa temática na formação do profissional nutricionista.

# 2 OBJETIVOS

## 2.1. Objetivo geral

Avaliar a inserção da Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos de graduação em Nutrição da região Nordeste credenciados pelo Ministério da Educação (MEC).

## 2.2. Objetivos específicos

- Avaliar quais os temas relacionados à Educação Ambiental aparecem mais comumente nos PPC;
- Enumerar quantas ementas de componentes curriculares abordam temas correlatos em cada PPC;
- Comparar a inserção do tema em cursos de instituições públicas e privadas.

# 3 MÉTODOS

## 3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa documental exploratória, quanti-qualitativa, realizada entre agosto de 2020 e novembro de 2020. As Instituições de Ensino Superior (IES) que possuíam curso de Nutrição credenciados pelo Ministério da Educação (MEC) na região Nordeste foram localizadas através de uma lista disponibilizada pelo próprio órgão no *website* (https://emec.mec.gov.br/emec/), consultada em março de 2020.

## 3.2.CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Foram excluídos os cursos que não possuíam *website*, *e-mail* para contato, com registro duplicado, com informações incompletas ou que se recusaram a fornecer os documentos, assim como os que não retornaram o *e-mail* após 3 tentativas de contato.

## 3.3 PROCEDIMENTOS E COLETA DE DADOS

Os documentos (PPC e ementário) foram obtidos por meio do *website* do curso ou através de contato via *e-mail* com a coordenação ou gestores, que se deu em três momentos (primeiro contato, dia 15 e dia 30 após o primeiro contato). As três tentativas e o intervalo entre cada uma foi estipulado com a finalidade de obter mais respostas, evitando que as mensagens passassem despercebidas pelo receptor.

Os dados coletados foram categorizados em planilhas do *Microsoft Office Excel* versão 2013. As IES foram catalogadas por ordem numérica para manter seus nomes em sigilo.

## 3.4. ANÁLISE DE DADOS

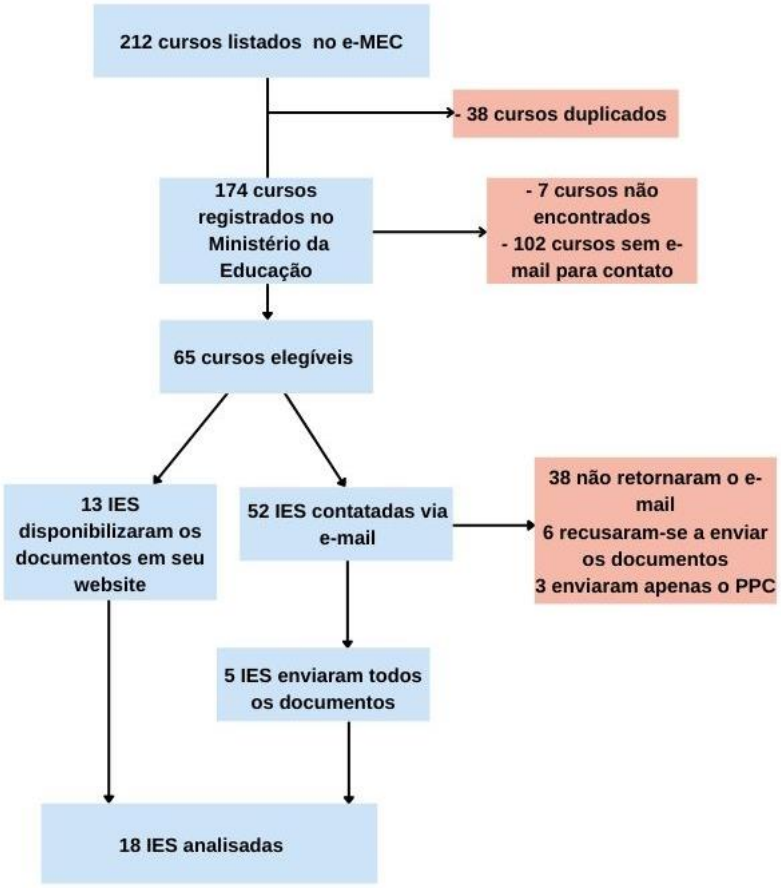
Os PPC e Ementas foram analisadas no *Microsoft Office Excel* versão 2013, utilizando como palavras-chave para o PPC: sustentabilidade, sustentável/sustentáveis, meio ambiente, socioambiental/socioambientais,

ambiental/ambientais, segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar; para as ementas: meio ambiente, ambiental/ambientais, ecossistema, biodiversidade, sustentabilidade, sustentável/sustentáveis, socioambiental/socioambientais, segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, agricultura familiar, agricultura alternativa/agricultura sustentável, agroecologia, extensão rural, plantas alimentícias não convencionais (PANC). A contagem foi realizada por meio de frequência de cada palavra no PPC e ementa, contabilizando também quantas disciplinas obrigatórias e optativas trabalham a temática. Os dados obtidos foram analisados por meio de estatística descritiva, apresentados como frequência absoluta e/ou relativa.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da lista de 582 cursos de graduação em Nutrição credenciados pelo MEC, 174 encontram-se na Região Nordeste, correspondendo a 29,9% dos cursos de nutrição ofertados no Brasil. Foram excluídos da lista os cursos que possuíam registro duplicado, os que não possuíam *website* ou *e-mail* para contato, e as Instituições de Ensino Superior (IES) que, mesmo estando na lista, não ofertavam mais o curso, resultando em 65 cursos possíveis de contato. Desses 65 cursos, treze disponibilizaram em seu *website* o PPC com ementário para consulta pública, não necessitando de contato com a coordenação ou secretaria da instituição. E 52 IES foram contatados via *e-mail*: 38 não retornaram, 6 recusaram-se a enviar a documentação e 3 enviaram apenas o PPC, dessa forma também foram excluídas. Contudo, cinco IES enviaram todos os documentos solicitados. Ao final, foram analisados 18 PPC com ementário, correspondendo a 10,3% da amostra inicial (Figura 1).

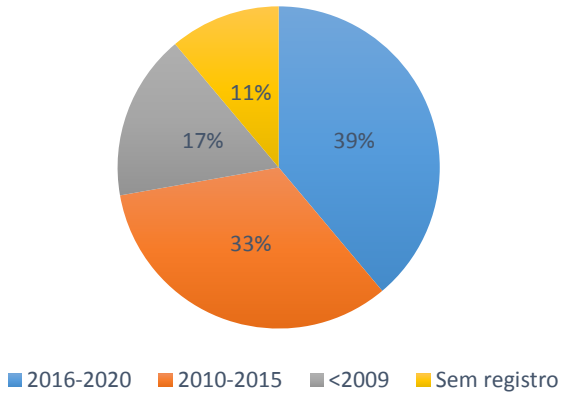
**Figura 1 -** Fluxograma da coleta de dados




Dos 18 cursos analisados, 17 (94%) são ofertados na forma presencial e 1 (6%) na modalidade educação a distância (EaD). A maioria (56%) das IES são da rede pública de ensino, foram também as que mais (61%) disponibilizaram os documentos para consulta pública no *website*. Entre as IES privadas houve uma grande dificuldade em encontrar os documentos para consulta na página oficial da Instituição, como também a disponibilização por *e-mail*. Os dirigentes das IES privadas justificavam que não poderiam compartilhar o material solicitado por se tratar de um documento institucional sigiloso.

Os Projetos pedagógicos de Curso datam de 2006 a 2020, sendo a maioria (50%) datados entre os últimos 15 anos (3 PPC formulados entre 2006 e 2009, e 6 entre 2010 e 2015), revelando que há um grande número de PPC desatualizados, como mostrado na Figura 2.

**Figura 2 –** Distribuição dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de Nutrição do Nordeste brasileiro por período de criação ou atualização.




A Tabela 1 mostra que as Instituições públicas concentram um maior número de PPC desatualizados (89%), enquanto as IES privadas apresentam um maior número (71%) de documentos que passaram por criação ou reformulação entre os anos de 2016 a 2020. Fazendo uma análise na distribuição de termos por período, pode-se observar que “Segurança Alimentar e Nutricional” se destaca como a palavra-chave que apresentou aumento em sua aplicação nos PPC mais recentes, quando comparado aos anteriores aos anos de 2015, tanto nas instituições públicas, quanto privadas. Os termos “Extensão rural” e “Agricultura alternativa/sustentável” estiveram presentes em apenas um PPC de uma IES pública, enquanto “Agroecologia”, “Alimentos orgânicos” e “PANC” não foram encontradas em nenhum documento.

**Tabela 1** - Frequência das palavras-chave encontradas por Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e ementário dos cursos de Nutrição do Nordeste brasileiro de acordo com o tipo de Instituição de Ensino Superior e o período de criação/atualização do documento.

| | **PERÍODO DE CRIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **PÚBLICAS** | | | **PRIVADAS** | | |
| | **8 IES** 2006-2015 | **2 IES** 2016-2020 | **0 IES** S/R | **1 IES** 2006-2015 | **5 IES** 2016-2020 | **2 IES** S/R |
| MEIO AMBIENTE | 27 | 2 | - | 11 | 22 | 7 |
| AMBIENTAL/AMBIENTAIS | 18 | 8 | - | 32 | 89 | 26 |
| ECOSSISTEMA | 2 | 0 | - | 0 | 2 | 1 |
| BIODIVERSIDADE | 1 | 0 | - | 0 | 1 | 1 |
| SUSTENTABILIDADE | 4 | 5 | - | 5 | 21 | 8 |
| SUSTENTÁVEL/SUSTENTÁVEIS | 9 | 5 | - | 2 | 23 | 4 |
| SOCIOAMBIENTAL/SOCIOAMBIENTAIS | 12 | 1 | - | 0 | 3 | 0 |
| SAN | 44 | 51 | - | 4 | 18 | 6 |
| SOBERANIA ALIMENTAR | 6 | 1 | - | 0 | 0 | 0 |
| AGRICULTURA FAMILIAR | 4 | 1 | - | 1 | 2 | 2 |
| AGRICULTURA ALTERNATIVA/SUSTENTÁVEL | 2 | 0 | - | 0 | 0 | 0 |
| AGROECOLOGIA | 0 | 0 | - | 0 | 0 | 0 |
| EXTENSÃO RURAL | 3 | 0 | - | 0 | 0 | 0 |
| ALIMENTOS ORGÂNICOS | 0 | 0 | - | 0 | 0 | 0 |
| PANC | 0 | 0 | - | 0 | 0 | 0 |

IES: Instituição de Ensino Superior; S/R: Sem registro; SAN: Segurança Alimentar e Nutricional; PANC: Plantas Alimentícias Não Convencionais. Palavras-chave buscadas no PPC: Sustentabilidade, sustentável/sustentáveis, meio ambiente, socioambiental/socioambientais; segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar. Palavras-chave buscadas na Ementa: Meio ambiente, ambiental/ambientais, ecossistema, biodiversidade, sustentabilidade, socioambiental/socioambientais; segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, agricultura familiar, agricultura alternativa/sustentável, agroecologia, extensão rural, alimentos orgânicos e plantas alimentícias não convencionais.

A palavra-chave encontrada com maior frequência no corpo do PPC foi “ambiental/ambientais”, que esteve presente em 15 dos 18 documentos analisados, com um total de 127 menções, seguida de “Segurança alimentar e nutricional” com 59 menções no total, como mostrado na Tabela 2. Os termos apareceram com uma frequência maior que 50% em quase todos os PPC, com exceção de “agricultura familiar” que foi encontrada em dois dos documentos analisados. Quando se olha a distribuição dos termos por PPC, percebe-se que alguns deles concentram uma grande repetição de palavras enquanto outros não trazem esses termos no texto ou apenas os mencionam uma única vez. Dessa forma, pode-se perceber que a inserção da EA nos projetos pedagógicos das IES ainda é feita de forma sutil. Alencar e Barbosa (2018) defendem que não basta apenas fornecer informações, as IES precisam unir os princípios e as práticas da EA a fim de desenvolver o pensamento crítico e a conscientização ambiental no seu corpo docente, funcionários e alunos. É quando se envolve toda a instituição que o conhecimento pode ser aplicado e direcionado à toda a comunidade.

**Tabela 2 –** Frequência das palavras encontradas por Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Nutrição do Nordeste brasileiro.

| CURSO | Sustentabilidade | Sustentável/ Sustentáveis | Meio ambiente | Socioambiental/socioambientais | Ambiental/ ambientais | SAN | Agricultura familiar |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PPC1** | 1 | 1 | 1 | 0 | 3 | 2 | 0 |
| **PPC2** | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 1 | 0 |
| **PPC3** | 0 | 1 | 2 | 0 | 1 | 3 | 0 |
| **PPC4** | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| **PPC5** | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **PPC6** | 7 | 2 | 7 | 1 | 22 | 5 | 1 |
| **PPC7** | 1 | 6 | 3 | 1 | 8 | 1 | 0 |
| **PPC8** | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| **PPC9** | 3 | 1 | 4 | 0 | 15 | 2 | 1 |
| **PPC10** | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 | 6 | 0 |
| **PPC11** | 5 | 9 | 4 | 0 | 24 | 4 | 0 |
| **PPC12** | 3 | 2 | 4 | 0 | 12 | 0 | 0 |
| **PPC13** | 0 | 4 | 4 | 11 | 8 | 13 | 0 |
| **PPC14** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| **PPC15** | 5 | 8 | 12 | 1 | 12 | 20 | 0 |
| **PPC16** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **PPC17** | 2 | 4 | 4 | 1 | 9 | 0 | 0 |
| **PPC18** | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 |
| **TOTAL** | 28 | 39 | 46 | 16 | 127 | 59 | 2 |

Legenda: SAN: Segurança Alimentar e Nutricional; PPC: Projeto Pedagógico de Curso. Palavras-chave buscadas no PPC: Sustentabilidade, sustentável/sustentáveis, meio ambiente, socioambiental/socioambientais; segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Nutrição deixam as instituições livres para montarem sua matriz curricular de acordo com as demandas e expectativas da região, desde que esteja pautada nos preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS) e que garanta que o nutricionista receba “formação generalista, humanista e crítica...” (CNE/CES, 2001j). Paradoxalmente, nas diretrizes para os cursos de Nutrição não é possível encontrar os termos “sustentabilidade” ou “educação ambiental”, ficando, portanto, a cargo das instituições e seus respectivos Núcleos Docente Estruturante (NDE) interpretar que quando se fala de formação “generalista, humanista e crítica” deve-se buscar a formação de um profissional capacitado a atuar frente às necessidades políticas, econômicas e socioambientais, que influenciam diretamente na saúde humana, que por sua vez é dependente da saúde do planeta. Assim, é notória a necessidade de atualização das DCN para os cursos de Nutrição, de maneira que seja explícita a orientação de inclusão da educação ambiental como tema transversal na formação desse profissional.

A atuação profissional voltada à sustentabilidade é reconhecida por meio de várias políticas, leis e diretrizes, possuindo aplicação em todas as áreas da Nutrição. Em sua atuação o nutricionista pode sensibilizar os colaboradores, clientes/pacientes e todos aqueles com quem interaja ao uso racional dos recursos naturais como água e energia; incentivar a agricultura familiar; dar preferência, sempre que possível, à compra de alimentos agroecológicos, orgânicos e/ou da época; incentivar a pesquisa na produção de novos produtos sustentáveis; estimular a compra de produtos em embalagens reutilizáveis e sua reciclagem; o reaproveitamento integral dos alimentos e a conscientização quanto ao desperdício; entre outras tantas possibilidades.

Na leitura do ementário notou-se que alguns dos objetivos e atividades das disciplinas estão descritos de forma bastante resumida, o que deixa margem para interpretação de que esses conteúdos podem estar sendo trabalhados nas aulas, mesmo que não estejam detalhadamente apresentados na descrição da ementa. O termo “Segurança alimentar e nutricional” foi aquele encontrado com maior frequência nas ementas analisadas (90 repetições em 15 ementas, consultar Tabela 3). Este é um dos conceitos mais importantes da área da nutrição por constituir-se um direito da população, conforme a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Segundo o documento, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a “realização do direito de todos ao acesso

regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" (BRASIL, 2006i). Assim, fica evidente a importância do profissional nutricionista na perspectiva da aplicação da sustentabilidade no intuito de garantir a alimentação adequada, respeitando os hábitos locais e preservando o ecossistema. A SAN está fortemente aliada ao desenvolvimento sustentável que, segundo Mikhailova (2004), é o que acontece para melhorar a qualidade de vida humana sem desrespeitar a capacidade de produção dos ecossistemas nos quais vivemos.

E como apresentado adiante na Tabela 3, "agroecologia", "alimentos orgânicos" e "Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)" estão como palavras-chave inexistentes nos ementários analisados, termos esses presentes na prática da agricultura familiar e sustentável. Esse dado leva à interpretação de que pouco se tem trabalhado dentro das universidades as formas alternativas e justas de produção de alimentos. Tamanha é sua importância que faz parte do 2º objetivo da Agenda 2030 da ONU para se alcançar o desenvolvimento sustentável, que tem como fim "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável" (ONU, 2015). Uma das metas desse objetivo é garantir, até 2030, sistemas sustentáveis de produção de alimentos. Nesse contexto, o nutricionista, mais uma vez, na condição de profissional atuante na promoção, prevenção e manutenção da saúde através da alimentação, tem o papel de orientar a população em busca de escolhas benéficas para sua saúde e do meio ambiente.

O Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) dentro do SISAN, tem como um dos objetivos específicos "promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional" (BRASIL, 2010k). A partir desse documento, que já possui mais de 10 anos de publicação, verifica-se que as matrizes curriculares dos cursos de Nutrição do Nordeste requerem maior atenção no que diz

respeito à necessidade de tais temáticas estarem inseridas de forma transversal na formação do nutricionista.

Inclusive, um importante documento enaltecido mundialmente e amplamente utilizado pelos nutricionistas é o “Guia alimentar para a população brasileira”. Esse guia fornece ao público dicas e princípios para se obter uma alimentação balanceada e saborosa, considerando os hábitos alimentares de cada região. Ressaltando em toda sua extensão que uma alimentação adequada e saudável precisa ser também social e ambientalmente sustentável, dando preferência às formas de produção e distribuição de alimentos que geram menos impacto ao meio ambiente (BRASIL, 2014l).

**Tabela 3 –** Frequência de citação das palavras-chave relacionadas à temática de Educação Ambiental (EA) e Sustentabilidade nos ementários dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos de Nutrição do Nordeste brasileiro e total de vezes que cada termo foi citado.

| PALAVRAS-CHAVE | PPC 1 | PPC 2 | PPC 3 | PPC 4 | PPC 5 | PPC 6 | PPC 7 | PPC 8 | PPC 9 | PPC 10 | PPC 11 | PPC 12 | PPC 13 | PPC 14 | PPC 15 | PPC 16 | PPC 17 | PPC 18 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Meio ambiente** | 9 | 3 | 2 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 7 | 4 | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 | 36 |
| **Ambiental/ambientais** | 13 | 2 | 2 | 0 | 6 | 10 | 8 | 0 | 10 | 5 | 1 | 20 | 0 | 0 | 3 | 1 | 1 | 0 | 82 |
| **Ecossistema** | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| **Biodiversidade** | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| **Sustentabilidade** | 1 | 0 | 0 | 2 | 1 | 3 | 0 | 0 | 3 | 2 | 0 | 2 | 1 | 0 | 3 | 0 | 1 | 1 | 20 |
| **Sustentável/sustentáveis** | 2 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 1 | 0 | 0 | 12 |
| **Socioambiental/socioambientais** | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| **SAN** | 10 | 3 | 1 | 1 | 2 | 3 | 1 | 0 | 3 | 6 | 2 | 4 | 5 | 3 | 45 | 1 | 0 | 0 | 90 |
| **Soberania alimentar** | 4 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| **Agricultura familiar** | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 8 |
| **Agricultura alternativa/sustentável** | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| **Agroecologia** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Extensão rural** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 |
| **Alimentos orgânicos** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **PANC** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Legenda: SAN: Segurança Alimentar e Nutricional; PANC: Plantas Alimentícias Não Convencionais. Palavras-chave buscadas na Ementa: Meio ambiente, ambiental/ambientais, ecossistema, biodiversidade, sustentabilidade, socioambiental/socioambientais; segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, agricultura familiar, agricultura alternativa/sustentável, agroecologia, extensão rural, alimentos orgânicos e plantas alimentícias não convencionais.

Dezessete (94%) dos dezoito cursos analisados apresentavam disciplinas obrigatórias que traziam os termos buscados, como mostra a Tabela 4. Entre as disciplinas encontradas estavam: Epidemiologia e Educação Ambiental, Segurança Alimentar e Nutricional, Educação Alimentar e Nutricional, Técnica dietética, Nutrição e dietética, Fitoterapia aplicada à Nutrição, Nutrição materna e infantil, Manejo de resíduos em Unidades de alimentação e nutrição (UAN), Nutrição em Saúde Pública, Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição, Desenvolvimento de produtos alimentícios. A distribuição dos termos por uma grande diversidade de componentes curriculares confirma a possibilidade de se trabalhar sustentabilidade e EA em todas as áreas da Nutrição. Os termos também estavam presentes nas atividades dos estágios supervisionados em Nutrição Social, Alimentação Coletiva e Saúde Coletiva.

**Tabela 4 –** Número de disciplinas, por ementário, que apresentam as palavras-chave* relacionadas a Educação Ambiental (EA) e Sustentabilidade no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos cursos de Nutrição do Nordeste brasileiro.

| | DISCIPLINAS | |
|---|---|---|
| **CURSO** | **OBRIGATÓRIAS** | **OPTATIVAS** |
| **PPC1** | 9 | 3 |
| **PPC2** | 5 | 3 |
| **PPC3** | 4 | 0 |
| **PPC4** | 6 | 0 |
| **PPC5** | 4 | 0 |
| **PPC6** | 9 | 1 |
| **PPC7** | 5 | 0 |
| **PPC8** | 0 | 0 |
| **PPC9** | 8 | 1 |
| **PPC10** | 6 | 0 |
| **PPC11** | 3 | 0 |
| **PPC12** | 7 | 1 |
| **PPC13** | 5 | 2 |
| **PPC14** | 3 | 0 |
| **PPC15** | 15 | 16 |
| **PPC16** | 1 | 3 |
| **PPC17** | 2 | 1 |
| **PPC18** | 1 | 1 |
| **TOTAL** | 93 | 32 |

*Palavras-chave buscadas na Ementa: Meio ambiente, ambiental/ambientais, ecossistema, biodiversidade, sustentabilidade, socioambiental/socioambientais; segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, agricultura familiar, agricultura alternativa/sustentável, agroecologia, extensão rural, alimentos orgânicos e plantas alimentícias não convencionais.

A prevalência de citação dos termos buscados em disciplinas obrigatórias é uma importante análise a ser realizada, isso por se tratarem de componentes curriculares de cumprimento compulsório, garante-se o acesso aos conteúdos sobre sustentabilidade ambiental na nutrição. Já as disciplinas optativas, os discentes têm a opção de cursá-la ou não como requisito para complementar a carga horária optativa do curso. Quanto às disciplinas optativas com ementas que traziam os termos buscados, estas foram ofertadas em dez (56%) dos dezoito cursos analisados. É importante mencionar que algumas IES não ofertam disciplinas optativas em seu currículo, podendo ser essa uma das causas para o baixo resultado encontrado.

E realizando uma comparação entre IES privadas e públicas quanto à inserção da sustentabilidade e EA nos seus projetos pedagógicos e ementas, como pode-se notar na Tabela 5, as IES privadas aparentam trazer no corpo de seu PPC um maior diálogo sobre o tema. Essa leitura inicial pode denotar que a instituição dirige seu olhar sobre meio ambiente e sustentabilidade e pretende incorporar a temática no curso, no entanto, não garante que esteja sendo trabalhada na formação do discente. As IES públicas apresentaram um percentual maior de termos buscados nas ementas, em comparação com as privadas. Sabendo-se que os temas trabalhados nas disciplinas estão descritos no ementário, acredita-se que essas universidades podem estar empregando com maior eficiência o ensino da educação ambiental e sustentabilidade em seus cursos.

**Tabela 5 -** Número absoluto e relativo de palavras-chave relacionadas à temática de Educação Ambiental (EA) que são citadas em projetos pedagógicos de curso (PPC) de Nutrição do Nordeste brasileiro e em suas ementas de componentes curriculares.

| IES PÚBLICAS | | | | | IES PRIVADAS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Termos no PPC** | **%** | **Termos na Ementa** | **%** | | **Termos no PPC** | **%** | **Termos na Ementa** | **%** |
| **PPC1** | 5 | 71 | 9 | 60 | **PPC4** | 1 | 14 | 4 | 27 |
| **PPC2** | 2 | 29 | 6 | 40 | **PPC5** | 3 | 42 | 5 | 33 |
| **PPC3** | 4 | 57 | 4 | 27 | **PPC6** | 7 | 100 | 7 | 47 |
| **PPC8** | 1 | 14 | 0 | 0 | **PPC7** | 6 | 86 | 3 | 20 |
| **PPC10** | 3 | 42 | 4 | 27 | **PPC9** | 6 | 86 | 7 | 47 |
| **PPC13** | 5 | 71 | 5 | 33 | **PPC11** | 5 | 71 | 2 | 13 |
| **PPC14** | 1 | 14 | 1 | 7 | **PPC12** | 4 | 57 | 5 | 33 |
| **PPC15** | 6 | 86 | 7 | 47 | **PPC17** | 5 | 71 | 2 | 13 |
| **PPC16** | 0 | 0 | 6 | 40 | | | | | |
| **PPC18** | 2 | 29 | 2 | 13 | | | | | |

IES: Instituições de Ensino Superior; PPC: Projeto Pedagógico de Curso. Palavras-chave buscadas no PPC: Sustentabilidade, sustentável/sustentáveis, meio ambiente, socioambiental/socioambientais; segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar. Palavras-chave buscadas na Ementa: Meio ambiente, ambiental/ambientais, ecossistema, biodiversidade, sustentabilidade, socioambiental/socioambientais; segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, agricultura familiar, agricultura alternativa/sustentável, agroecologia, extensão rural, alimentos orgânicos e plantas alimentícias não convencionais

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível que a criação de políticas e programas, como o ProNEA, alavancou a inserção da educação ambiental em todos os níveis de ensino, e é notório que quando essa discussão chega ao ensino superior toma uma dimensão maior, visto que as universidades são o centro de discussões que geram grande influência na sociedade.

Diante do que foi exposto, esse trabalho mostrou que o graduando em nutrição tem pouco acesso aos conteúdos de educação ambiental e sustentabilidade em sua formação, o que leva a entender que o ensino ainda não acontece de forma transversal e transdisciplinar, abrangendo todas as áreas de atuação do nutricionista, podendo comprometer o desenvolvimento crítico do formando quanto à relevância da questão ambiental, inclusive na sua prática profissional.

Essa análise foi feita em uma amostra muito pequena (10,3%) de PPC dos cursos de Nutrição do Nordeste brasileiro. Devido ao atual cenário de pandemia, as universidades estão sob constante adaptação em seus processos de ensino-aprendizagem e funcionamento de modo geral, o que dificultou o contato com muitos gestores de curso. Os processos constantes de atualização dos PPC, alguns gestores optaram por não disponibilizarem seus documentos atuais. Uma reavaliação futura poderia atingir uma maior quantidade de cursos e trazer dados mais reais sobre questão levantada.

E poderia ser esse o momento de uma reformulação das Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em nutrição, com a implantação da educação ambiental como conceito essencial à formação do nutricionista, o que também contribuiria para a sensibilização da comunidade acadêmica quanto a sustentabilidade ambiental.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, L. D; BARBOSA, M. F. N. Educação Ambiental no Ensino Superior: ditames da Política Nacional de Educação Ambiental. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v.8, n.2, p. 229-255, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988a**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999b.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em: 28 mar. 2020

BRASIL. **Portaria Inep nº 294 de 8 de junho de 2016c.** Publicada no Diário Oficial de 9 de junho de 2016, Seção 1, pág. 12. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2016/formacao_geral_portaria_n294_08062016.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

BRASIL. **Portaria Inep nº 297 de 8 de junho de 2016d.** Publicada no Diário Oficial de 9 de junho de 2016, Seção 1, pág. 13. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2016/nutricao_portaria_n297_08062016.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

BRASIL. **Governo do Rio de Janeiro**, 2011e. RIO+20: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html. Acesso em: 18 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996f.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL, Programa nacional de educação ambiental - ProNEA / **Ministério do Meio Ambiente g**, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. Ed, 102p. – Brasília: 2005.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012h**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=66>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006i.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001j**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº nº 7.272, de 25 de agosto de 2010k**. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília, 25 ago de 2010.

BRASIL. **Ministério da Saúde l**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

CAMELO, A. L. C; SIQUEIRA, G. W. A interface entre educação ambiental e sustentabilidade socioambiental pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal da Universidade Federal do Pará. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** v. 36, n. 1, p. 242-262, Rio Grande: 2019.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de

atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_600_2018.htm>. Acesso em: 29 mar. 2020.

CORDANI, U. C; MARCOVITCH, J; SALATI, E. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estudo Avançado**, São Paulo, v.11 n.29, janeiro – abril, 1997.
GUIMARÃES, S.S.M; TOMAZELLO, M.G.C. A formação Universitária para ambiente: educação para a sustentabilidade. **Ambiente e Educação**. Rio Grande, 2003.

MALHEIROS, T. F; PHLIPPI, A. JR; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Saúde Soc**, São Paulo, v.17, n.1, p.7-20, 2008.
MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 16, 2004.
MORADILLO, E. F; OKI, M. C. M. Educação ambiental na universidade: construindo possibilidades. **Quim. Nova**, v. 27, n. 2, p. 332-336, 2004.

MUNARETTO, L. F; BUSANELLO, S. Um estudo sobre inserção da educação ambiental nos projetos pedagógicos dos cursos do CESNORS/UFSM. **Rev. Adm. UFSM.** v. 7, n. 24-39. Santa Maria: 2014.
ONU. **Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods2/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

RAMOS, E. C. Educação ambiental: origem e perspectivas. **Educar**, Curitiba, n.18, p.201-218, 2001.
REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Disponível em: <http://rebea.org.br/index.php/a-rede>. Acesso em: 23 mar. 2020.
ROHRICH, S. S; TAKAHASHI, A. R. W. Sustentabilidade ambiental nas instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico, sobre as publicações nacionais. **Gest. Prod.** v. 26, n. 2. São Carlos: 2019.

ROSA, A. M. et al. Panorama da inserção de educação ambiental nas instituições estaduais de ensino superior do Paraná. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** v. especial, 2014.

TEIXEIRA, N. F.F; et al. Práticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade aplicadas a formação da cidadania. **Rev. Geogr. Acadêmica**. v. 10, n. 2, 2016.

TOLEDO, R. F; PELICIONI, M. C. F. A educação ambiental nos parques Estaduais Paulistas no âmbito das recomendações de Tbilisi. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 1, n. 2, p. 57-64, julho-dezembro, 2006.

World Commission on Environment and Development – WCED. (1987). Our common future: the Brundtland report. Oxford: Oxford University Press.